



O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros

Belmira Magalhães (UFAL)*
Helson F. da Silva Sobrinho (UFAL)**

RESUMO: Este artigo analisa, a partir do referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso (AD), matérias sobre o MST veiculadas na imprensa (jornal *Folha de São Paulo* e revista *Veja*, entre os anos de 1994 e 2003), demonstrando os efeitos ideológicos de deslocamento de sentidos produzidos sobre as ações do MST. Ambos os veículos utilizam formas discursivas distintas, mas difundem o mesmo discurso que se inicia dúbio e termina por denegrir o Movimento. Compreendemos que, nesse espaço de dizer, configurou-se um determinado modo de narrar a violência no meio rural, no qual se enfatizam os acontecimentos como ação de desordeiros e se silencia que as razões do conflito têm origem na sociedade de mercado e na estrutura agrária do latifúndio.

Palavras-chave: Discurso; Efeitos Ideológicos; Imprensa; MST

Considerações iniciais

O presente trabalho analisa o discurso jornalístico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de compreender os mecanismos ideológicos discursivos que permitem que determinados modos de dizer, sustentados por determinadas formas de apreensão do mundo, sejam capazes de cercear sentidos, interferindo nas práticas históricas.

A nosso ver, o gesto de leitura/escritura da imprensa é revelador de sua posição ideológica e produz efeitos de sentidos que são responsáveis pela (re)produção do imaginário sobre as lutas no campo justamente porque as práticas de linguagem são uma das formas como se apresentam os conflitos de classes, pois, como afirma PÊCHEUX:

a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema lingüístico e que, dissimetricamente, o fato de as classes

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL-UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL.

** Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL-UFAL).

não serem “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes (PÉCHEUX, 1997, p.92).

Tomando como pressuposto que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”, é necessário enfatizar que a imprensa é afetada pelas determinações históricas e ideológicas de sua época. Reconhecemos que na mesma medida em que ocorre a consolidação da sociedade capitalista, a imprensa foi se aperfeiçoando, desenvolvendo novas tecnologias de coleta de informações e estratégias de transmissões de notícias. Capaz de ler e dizer sobre os acontecimentos do presente, o discurso jornalístico ganhou uma aparência de autonomia e, desse modo, institucionalizou uma maneira própria de falar sobre o real capaz de estabilizar a memória e orientar um olhar futuro.

Desse modo, a imprensa se impõe como autoridade que pode falar sobre o mundo, ou seja, tornar determinados fatos visíveis e conhecidos para seus leitores, utilizando o efeito da informatividade que tem como efeito de sentido uma linguagem a informar os acontecimentos como se não houvesse outra versão dos fatos. Segundo STEINBERGER:

A linguagem jornalística estrutura percepções de mundo valendo-se de perguntas (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?) que já delineiam o perfil dos atores envolvidos na trama noticiosa. Tal perfil, independente dos traços específicos que venha a adquirir no âmbito particular de cada notícia, já carrega, *per se*, um valor social de resposta. (STEINBERGER, 2005, p.19)

MARX & ENGELS (2004) afirmam ser a linguagem tão antiga quanto a consciência, pois essa práxis humana nasce das relações de intercâmbio entre os homens, por isso não poderíamos deixar de afirmar que o dizer da imprensa está entrelaçado à maneira como os sujeitos constroem sua existência, desenvolvendo forças produtivas e estabelecendo relações de produção. É desenvolvendo suas atividades concretas que os sujeitos também constroem formas de intervenção que se apresentam como ideias, valores, enfim, ideologias que se materializam em formas de dizeres, no caso de nosso estudo, em forma de discurso jornalístico.

Expor essa questão nos leva a pensar sobre a sociedade capitalista, uma sociedade de classes que precisa falar do mundo, na maioria das vezes, sem explicitar o cerne de suas contradições, pois ao mesmo tempo que difunde valores que afirmam os homens como livres e iguais, silencia a desigualdade fundante do sistema que produz riqueza e, concomitantemente, também muita miséria humana.

Essa contraditoriedade do modo de produção capitalista afeta a imprensa e o modo como ela apreende o mundo. Assim, nenhum discurso jornalístico escapa ao vínculo da estrutura de classes, e por isso não tem como não tomar posição em um dos lados do conflito histórico, podendo silenciar a real estrutura da sociedade, ou mesmo explicitar os mecanismos de silenciamento da desigualdade.

A imprensa apreende o mundo do modo como é possível apreendê-lo, pois seu discurso está determinado pelo lugar historicamente constituído. Para o materialismo histórico, um dos três pilares teóricos que sustentam a Análise de Discurso Pecheuxtiana, a classe que detém o poder material também detém o poder espiritual (MARX, 2004). Portanto, o mundo falado pela imprensa é reproduzido de modo fragmentado, com lacunas e, desse mesmo modo, produz efeito no cotidiano a partir de sentidos fraturados que atuam nas

práticas sociais. Na maioria das vezes o discurso jornalístico aparece como se estivesse acima das lutas ideológicas. De acordo com MARIANI:

A instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, a fronteira entre o que pode e deve ser dito. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos (MARIANI, 1999, p. 59).

Vale ressaltar que tendo sua gênese nas relações sociais conflituosas, todo discurso, por mais perfeito que se mostre, por mais claro, evidente, objetivo e neutro que tente se apresentar, sempre será marcado pela ideologia, uma vez que está respondendo às demandas da conjuntura histórica. Por isso, uma Análise do Discurso que queira ir além do efeito de transparência da linguagem, necessita buscar vestígios que desvelem “os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2002, p. 57).

Diante dessas considerações iniciais, destacamos que o trabalho com o discurso exige uma abordagem em face da linguagem, visto que se trata de apreender, pela análise da materialidade discursiva, os processos de sentido que atuam na história. A linguagem é sempre lugar de conflito, segundo BAKHTIN (1986, p. 46): “em todo signo ideológico [palavra] confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”. A imprensa não apenas escreve sobre os acontecimentos como atua sobre eles, algumas vezes através de multiplicidades de sentidos e, outras, homogeneizando os sentidos como forma de controle sobre o dizer e sobre as práticas sociais.

1. O MST na Imprensa: de oprimidos a opressores

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sua gênese na problemática agrária brasileira. Surge no início dos anos 80 do século passado, na região Centro-sul do Brasil e se difunde por todo o país, ganhando visibilidade. Sua trajetória é marcada por reivindicações e lutas pela terra, pela reforma agrária e pela efetivação de uma sociedade justa e sem exploração. Para alcançar esses objetivos, o MST pratica ações, entre elas, marchas, ocupações e protestos, que resultaram muitas vezes em número crescente de famílias assentadas em todo o Brasil, mas também em perdas de muitas vidas.

As ações do MST não passaram despercebidas pela imprensa, que noticiou sobre os acontecimentos no campo e na cidade. No entanto, divulgam-se, de modo recorrente, determinados dizeres que constroem uma representação negativa do MST que desloca sentidos, de grupo oprimido que sofre a exploração do trabalho e as consequências das desigualdades sociais, para referi-lo como “baderneiros” e “criminosos”. Esse dizer revela a contraditoriedade da sociedade capitalista, que não tendo interesse por essas pessoas excluídas, a não ser quando elas “incomodam”, se vê obrigada a falar sobre elas e a “resolver” a situação gerada pela estrutura excludente do capital. Esses sujeitos históricos com suas ações combinadas geram um “incômodo” exatamente por colocar a sociedade brasileira, e em consequência, o modo de produção capitalista, em questionamento.

Como foi dito, as publicações da revista *Veja* e do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o MST constituem nosso material de análise. Trata-se de um espaço discursivo jornalístico que

através de suas matérias afeta a identidade do MST, pois sobrepõe sentidos negativos às ações do Movimento.

Os dois órgãos do jornalismo escrito situam-se na mesma Formação Ideológica, isto é, dentro do jogo ideológico das contradições de classe; apresentam um discurso claramente a favor do *status quo* das relações de trabalho, optando por uma argumentação que consolida a exploração dos trabalhadores rurais. Evidentemente o discurso de ambos tenta trazer para o público uma aparência de neutralidade, caso da *Folha de São Paulo*, ou uma defesa da “legalidade”, silenciando sempre quem são os articuladores das leis e a quem estas beneficiam.

Nos recortes que fizemos do jornal *Folha de São Paulo* percebemos que se constrói um sentido de violência para as ações do Movimento, referindo-se às “invasões” de terras e a outras ações. Embasando a posição do jornal está sempre o discurso da legalidade jurídica, de que ações podem ser consideradas lícitas e ilícitas. Ou seja, há uma condenação ao Movimento pela não observância das regras da racionalidade democrática que norteiam as ações políticas dentro da sociedade moderna.

Como não há possibilidade de se negar a precariedade da vida dos Trabalhadores Sem Terra, sem emprego, sem escola, sem saúde, sem moradia, mas COM fome, os discursos da *Folha de São Paulo* dão ênfase ao desrespeito às leis. No entanto, a lei que sustenta o Estado moderno, segundo os clássicos do liberalismo democrático como LOCKE (1994) e ROUSSEAU (2003), tem como primeira obrigação a manutenção da vida dos cidadãos; logo, quem antes fere a lei é o Estado, que não garante esse bem maior aos excluídos. Este fato é apagado quando a defesa da propriedade é colocada em detrimento da defesa de ter terra para produzir visando o sustento da família.

MARX (1995) já afirmava que o verdadeiro sentido do Estado Moderno não era garantir a vida, mas a propriedade burguesa. Podemos perceber que isso se dá claramente em relação ao MST e à condenação de suas ações. A análise dos recortes abaixo confirma nossa argumentação:

Título: MST bloqueia rodovia por quase 8h para acelerar desapropriação (30/dez./95)

Título: MST decide intensificar invasões este ano para pressionar governo (11/nov./95)

Título: Sem-terra bloqueiam rodovia na Paraíba (6/dez./96)

Título: Sem-terra invadem área em negociação (8/out./96)

Título: Sem-terra saqueiam caminhão no RN (22/ago./98)

Título: Sem-terra invadem fazenda produtiva (8/fev./99)

Título: MST faz megainvasão em Pernambuco (22/mar./99)

Título: MST e CUT fazem mais invasões (3/jun./2000)

Título: MST faz primeira invasão de terra no governo Lula em Estado petista (24/jan./2003)

Título: Cerca de 1.000 sem-terra ligados ao MST invadem áreas em SP e RN (2/jun./2003)

Título: MST invade duas fazendas no Paraná (7/ago./2003)

Pode parecer exaustiva a listagem acima, mas ela representa um número mínimo das matérias veiculadas nos anos citados que trazem títulos semelhantes. A recorrência da forma linguística utilizada para apresentar a notícia promove um efeito de sentido de que a única ação realizada pelo MST é “invadir terras”. Na realidade, a repetição produz a ideia de um movimento beligerante que tem como objetivo “tomar” a terra de “seus proprietários”.

Muitas dessas matérias vão explicitar mais detalhadamente quais terras eram e como foi realizada a “invasão”; no entanto, a repetição que condena através do uso de palavras

como “invadem”, “bloqueiam”, “saqueiam”, acaba produzindo, no leitor, a imagem de um mundo em guerra que precisa ser imediatamente reprimido. Há, por meio desse tipo de notícia, com títulos curtos que repetem as mesmas palavras, um incitamento, como efeito ideológico, ao medo por parte da população e, simultaneamente, acaba por justificar ações beligerantes dos proprietários de terras “invadidas” e também por parte do governo, que tem por obrigação manter a “ordem”.

Paralelamente, outros títulos vão construindo a imagem de violência gratuita do Movimento, negando o estado de violência em que vivem essas famílias de trabalhadores (homens, mulheres com seus filhos pelas mãos, a armar barracos e procurar comida). Esse fato é sempre apagado pelas imagens de sujeitos “invadindo” “propriedade” “dos outros”, isto é, cometendo atos tidos para a sociedade capitalista como condenáveis, ilícitos e violentos, e tudo isso se sobrepõe às questões de trabalho e sustento.

Título: Famílias ameaçam promover saques (16/out./96)
Título: Sem-terra matam gado, diz fazendeiro (17/nov./98)
Título: Governo cede a sem-terra; MST mantém ameaças (11/set./98)
Título: MST faz três funcionários do Incra como reféns no RN (11/set./98)
Título: MST endurece discurso e prevê confronto armado (10/set./98)
Título: PM e MST entram em conflito em PE Data: (21/abr./99)
Título: Sem-terra tentam saquear mercado (15/set./99)
Título: Secretaria no Pará é depredada (18/abr./2000)
Título: Famílias dizem ter sido expulsas pelo MST
Movimento teria mandado embora, com violência, grupo que não concordava com regras do acampamento (19/mai./2000)
Título: Sem-terra saqueia depósito em PE
Alimentos levados por trabalhadores são recuperados pela PM (3/jun./2000)
Título: Sem-terra iniciam hoje Levante do Campo
Segundo movimento, também participarão do protesto integrantes de outras organizações populares (25/jul./2000)
Título: Famílias do MST invadem fazenda em município do Vale do Paraíba (21/fev./2003)
Título: MST saqueia caminhão de leite em SP (26/jul./2003)
Título: Carga saqueada só dura até sábado (3/jul./2003)

Esses recortes mostram que saques são realizados em estabelecimentos comerciais, em caminhões de carga, sem nenhuma referência à necessidade de os trabalhadores se alimentarem ou trocarem os saques por outros objetos e alimentos indispensáveis. Só aparece a ação tida como ilícita, condenada por todos e abominada pelos comerciantes. Novamente o destaque, a ênfase, tende a denegrir as ações, sem nenhuma análise mais concreta. Como já foi salientado, a técnica é manter as notícias dando uma ideia de continuidade que necessita ser interrompida, exigindo do Estado e da polícia intervenção capaz de repor a “ordem”.

Paralelamente, ressalta-se um discurso de divisões internas dentro do Movimento, mostrando sua fragilidade (Assentados divergem da direção do MST no Paraná: irregularidades acirram disputa histórica dentro do movimento) e, principalmente, o caráter violento do Movimento com os próprios integrantes (Famílias dizem ter sido expulsas pelo MST: Movimento teria mandado embora, com violência, grupo que não concordava com regras), que expõe a existência de violência interna e, por isso, para a imprensa não se pode esperar do Movimento algo confiável, pois “as disputas internas são históricas”, como afirma o jornal.

Esse efeito de sentido também é reforçado pelo discurso de que o Movimento não quer diálogo, pois não participou dos conselhos quando convidado e também não cumpre os

acordos previamente estabelecidos (Sem-terra ameaçam descumprir acordo: Coordenador do MST diz que estuda ficar mais tempo em Porto Seguro, ao contrário do combinado – 17 de abril de 2000). Muitas vezes as matérias explicam o motivo das ações, mas os leitores que ficarem apenas na leitura do título são conduzidos à condenação do Movimento.

Como já foi dito, o fato de ter a forma de noticiar repetida, sempre com os mesmos verbos e mudando apenas os locais, faz com que o leitor perca o interesse sobre a matéria, pois cria o efeito de sentido de que lendo uma, sabe-se de todas, quando muitas vezes as realidades são completamente diferentes.

A análise de alguns títulos de matérias ao longo de quase dez anos mostra uma acentuação do caráter condenatório das “invasões” à medida que vão sendo retirados dos títulos os motivos das “invasões”. Nas matérias de 1994 e 1995 havia um complemento para as notícias que justificava a ação: “MST bloqueia rodovia por quase 8h **para acelerar desapropriação**; MST decide intensificar invasões este ano **para pressionar governo**”. As orações complementares explicativas informavam ao leitor que havia um motivo concreto para a “invasão”, que era pressionar o Estado para agilizar decisões em favor dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir de 1996 os títulos apenas indicam que aconteceram “invasões” e que elas ocorreram em lugares que já haviam sido “invadidos”.

Podemos agora acompanhar a textualização dos mecanismos ideológicos da produção de sentidos sobre o MST a partir das publicações da revista *Veja*. À medida que foi sendo desenvolvida a pesquisa, notamos que inicialmente o MST era mencionado para que a sociedade pudesse “entender” o que estava acontecendo na zona rural brasileira. Era preciso dar sentidos, tornar visível o acontecimento, pois “dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*” (ORLANDI, 1993, p.15). Por isso, as primeiras publicações da *Veja* pareciam ser um pouco amenas, porque necessitavam dar sentido ao “sem-sentido”; no entanto, a revista já explicitava certa desconfiança com relação ao Movimento.

Olhai as foices dos pobres da terra

Com chefes cristão-comunistas
e chefiados de pés no chão, os sem-terra
são anacrônicos e atualíssimos
(*Veja*, 1º/jun./94)

Essa Brava

Gente

Brasileira

Os sem-terra descobrem o
lugar, chegam com sua barracas e
ficam para o que der e vier
(*Veja*, 21/set./94)

Podemos notar o discurso ressaltando certa necessidade para olhar os acontecimentos no campo; o verbo no imperativo afirmativo traduz isso ao textualizar “Olhai as foices dos pobres da terra”.

A outra reportagem também se coloca na mesma posição de conhecer/desconfiar ao enunciar “essa brava gente brasileira”, rememorando um refrão do Hino da Independência do Brasil: “brava gente brasileira”.

Nessas duas publicações encontramos uma duplicidade do funcionamento do discurso da imprensa sobre o MST: “olhai os pobres”, olhai “essa brava gente”. Inicialmente o MST é

discursivizado como “pobre”, “brava gente”, com o sentido de povo lutador, que apesar das adversidades sofridas, está lutando para sobreviver. Mas também, por outro lado, esse modo de textualização do discurso vai apontar para o repúdio e temor ao MST: “olhai as foices”, “essa brava gente”, não mais como pobres lutadores, mas como violentos e assustadores.

É exatamente este segundo processo de sentidos que vai predominar no decorrer dos anos subsequentes. O dizer sobre o MST foi sendo intensificado pela própria realidade, que exigia novas matérias capazes de “informar” sobre as práticas do Movimento. Nessa intensificação de publicações, um modo específico de significar o MST passou a ser mais recorrente e tornou-se dominante. A partir das análises que desenvolvemos, pudemos perceber com mais clareza como foi se constituindo a configuração que desloca o MST de “pobres” para um Movimento de caráter “violento”.

FÚRIA NO CAMPO

Fazendeiros são mantidos como reféns
e espancados durante cinco horas no Paraná
(*Veja*, 17/set./97)

ELES PASSARAM DO LIMITE

Os sem-terra são flagrados invadindo propriedade
produtiva, pilhando e chantageando fazendeiros
(*Veja*, 5/mai./99)

MARCHANDO PARA TRÁS

À medida que radicaliza suas ações, o
Movimento sem-terra perde apoio popular
(*Veja*, 20/out./99)

O MOVIMENTO DOS SEM-CAUSA

Por que protestam os manifestantes do MST, que receberam área
equivalente ao território de quatro países europeus
(*Veja*, 26/abr./2000)

A TÁTICA DA BADERNA

O MST usa o pretexto da reforma agrária
para pregar a revolução socialista
(*Veja*, capa de 10/mai./2000)

Essas matérias são bastante significativas para o nosso estudo. Iniciemos com a primeira matéria, de setembro/1997. Retomando o seu título, “Fúria no campo”, podemos perceber como esse título mobiliza a memória dos conflitos no campo através de um gesto de interpretação (ORLANDI, 1996) que aponta para uma questão “subjéctiva” (“fúria”, “ódio”, “raiva” no campo), deslocando a questão da luta de classe pela terra.

Antes de continuarmos nossa análise, é preciso mencionar a problemática no campo. A zona rural brasileira é um espaço de conflitos devido à alta concentração de terra (grandes latifúndios) e a um grande número de trabalhadores destituídos de terra, que a *Veja* inicialmente denominou de “pobres da terra”. O campo é um lugar marcado por riqueza e também por muita miséria; essas faces contraditórias da zona rural são fundadas pela exploração do homem pelo homem. Resquícios do tipo de colonização ao qual o Brasil foi submetido (colônia de exploração), que dividiu as terras brasileiras entre uma pequena elite; essa situação também reflete o resultado de conquistas territoriais, extermínio de povos indígenas e da consequente apropriação de suas terras.

O conflito se expressa em decorrência da conservação dos grandes latifúndios, cujos proprietários querem preservar “suas” terras, e, por outro lado, os sem-terra, população sem terra que se vê obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver. O campo é o lugar onde se dão altos níveis de exploração, mais-valia absoluta, exploração em horas de trabalho e precárias condições de trabalho, que se aproximam do trabalho escravo, quando não há trabalho escravo propriamente dito. O MST surge como Movimento formado por pessoas (trabalhadores) que, destituídas de propriedade e ao se confrontarem com essa desigualdade no campo, organizaram-se para reivindicar uma partilha das terras, para que assim pudessem sobreviver de forma digna.

Voltando ao enunciado citado acima (Fúria no campo), podemos compreender que ele descreve o campo como lugar tenso, de conflitos e violência, de “fúria”. Trata do conflito como se partisse do ponto de vista de um “espectador” que “vê” e narra o real sem a interferência de nenhum processo ideológico e, por isso, pode descrever o acontecimento como “fielmente” ocorreu:

“Fazendeiros são mantidos como reféns e espancados durante cinco horas no Paraná”.

A “cena” de violência é narrada detalhando seus acontecimentos imediatos, como se o leitor, se ali estivesse para ver/ouvir/pensar, veria/ouviria/pensaria (PÊCHEUX, 1997) assim como a imprensa está relatando. Segundo MARIANI:

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso sobre. Um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciativo produz um efeito de distanciamento a – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial a – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão. (MARIANI, 1998, p.60)

Esse processo, no qual a imprensa se posiciona para falar do real, pode ser visto através da própria construção do texto, que inicia rememorando a violência como acontecimento constante no campo, mas já apontando para os “responsáveis”:

“Cenas de violência no campo tornaram-se comuns nos últimos tempos, mas o que se viu na semana passada foi algo raro pela estupidez da agressão e pela identidade dos criminosos e de suas vítimas. Armado com facões, foices e pedras, um grupo de cinquenta trabalhadores sem terra do Paraná tomou dois fazendeiros e cinco seguranças como reféns na tarde de sábado 6. Cercados, os sete homens foram desarmados, espancados, amarrados a árvores e carroças e deixados sangrando. O suplício durou cinco horas”.

Depois de apontar os “atores” da violência no campo (grupo de cinquenta trabalhadores sem terra), a reportagem utiliza-se das palavras de Stédile (líder do MST) para ponderar que “o MST não teve nada a ver com o que aconteceu no Paraná” e, a partir dessa declaração, esclarece que era outro Movimento de sem-terra ligado a políticos locais interessados em votos.

De todo modo, o conflito no campo é descrito como “fúria”, “violência”, “estupidez”, “agressão”, “crime”. Temos a instalação de sentidos negativos que dizem o MST como violento (brava gente), agindo violentamente contra os fazendeiros.

Podemos então nos direcionar para a segunda publicação, uma vez que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1986, p. 41); desse modo, a outra matéria vem complementar a anterior: “Eles passaram do limite”. O enunciado seguinte relata ainda que “os sem-terra são flagrados invadindo propriedade produtiva, pilhando e chantageando fazendeiros”.

A ideia do “flagra” reforça esse imaginário de que a imprensa descreve fielmente os acontecimentos. A violência é então mostrada no seu imediatismo, sem que se questione o latifúndio ou a própria desigualdade social instalada no campo. Essa estruturação do discurso vai, por sua vez, se repetir nas matérias seguintes, a partir das quais são construídos determinados sentidos sobre o MST. Temos inicialmente, como vimos, a descrição do “campo” como lugar de “fúria”, “espancamento”, “suplício”, estabelecendo como se fosse essa a prática do MST; em seguida, temos que “eles [Trabalhadores Sem Terra] passaram do limite”, reforçando o questionamento sobre a legitimidade do Movimento e direcionando para a intolerância da população com as práticas e reivindicações do MST.

Apesar de tocar em questões sensíveis, crueza e banalização da violência no campo, essa violência é descrita, “flagrada”, pela imprensa no imediatismo do fenômeno, que assim vai constituindo a representação da prática do MST como “violenta” e “estúpida”, obscurecendo o entrelaçamento entre o discurso, a ideologia e as condições de produção desses efeitos de sentidos. Desse modo, o MST, de oprimido (os pobres) passa a ganhar caráter de opressor (brava gente), e os fazendeiros passam a ser as “vítimas”. A imprensa “flagra” e comunica aos seus leitores, e fundamenta sua autoridade de dizer sobre os fatos utilizando relatos dos proprietários rurais que têm fazenda produtiva e que foram “invadidos” pelo MST. Desses relatos a revista sintetiza, nessa mesma reportagem:

“Exageros do movimento”

- ◆ “Eles invadem fazendas produtivas. Só saem depois de receber cesta básica para sustentar o acampamento;
- ◆ Os invasores só deixam o fazendeiro colher a produção se pagar uma porcentagem;
- ◆ Durante a invasão eles quebram máquinas e arrasam a fazenda”.

O processo de construção de sentidos sobre o MST vai agregando palavras – como “invadir/quebrar/arrasar” – que vão descrevendo o Movimento como violento (essa brava gente) e não como aquele que sofre violência (pobres da terra). Há uma indistinção entre o que é tido como violência imediata (banalizada) e a violência fundada pela estrutura da sociedade capitalista. Ao focalizar apenas a primeira, a imprensa delinea sentidos para o MST que o caracterizam como Movimento agressor que age para perturbar a “ordem” social estabelecida. A revista expõe ainda:

“Todos os que acompanham a chamada questão fundiária no Brasil estão se perguntando aonde querem chegar os sem-terra com a invasão de terras produtivas”.

Depois, encaminha para finalizações:

“Os pobres que seguem a bandeira vermelha do MST querem de fato seu pedaço de chão, mas as lideranças do Movimento têm na luta pela terra apenas um instrumento político”

“Preferem agora invadir fazendas produtivas porque nessas operações o impacto é maior. O fato de que estão punindo latifundiários e praticando ato ilegal parece só aumentar sua atração por esse tipo de invasão”.

É nessa reprodução da informação que a imprensa guia o olhar do leitor, dando elementos “necessários”, evidências de sentidos, já que se constata o “flagra”, construindo sentidos para expor o MST como “movimento dos sem-terra”, como veremos logo à frente, no ano de 2000. Mas antes é preciso analisar a matéria de 20 de outubro de 1999. Trata-se de outra reportagem que configura a reorientação dos sentidos sobre o MST, intitulada “Marchando para trás”.

Novamente temos uma mesma modalidade discursiva que retoma pela memória os conflitos no campo, fala do MST e logo em seguida direciona-se para as ações praticadas por esse Movimento. Podemos compreender melhor esse processo com os seguintes recortes:

“Quando surgiu como movimento social, o MST atraiu muita simpatia porque defendia uma bandeira justíssima: a reforma agrária. Hoje, os líderes do movimento mudaram de rumo, eles começaram invadindo terras produtivas.”

“Depois, passaram a promover saques. Em apenas um mês de 1998, eles fizeram mais de uma centena de pilhagens.”

“Agora, o objetivo do MST é outro. Eles desfilam pelas ruas exigindo coisas tão estapafúrdias como moratória da dívida externa, a reestatização das empresas privatizadas e até mesmo o *impeachment* do presidente Fernando Henrique Cardoso.”

De acordo com essa construção discursiva da temporalidade (quando surgiu, depois, agora), instaura-se um processo de significação que reforça para o MST os sentidos de “violento”, “radical” e “ilícito”, produzindo uma dissociação entre as reivindicações tidas como próprias do Movimento, ou seja a terra, dos problemas da política econômica nacional que acabam sendo causas da situação calamitosa da população do campo, pois canalizar os recursos para o pagamento da dívida externa é tirar dividendos que poderiam ser direcionados para a reforma agrária. Nessa direção a imprensa textualiza um discurso capaz de produzir sentidos que os sem terra são pessoas “anacrônicas” lutando por uma igualdade social a partir de “coisas” tidas, para ideologia dominante, como “estapafúrdias”. É nesse encaminhamento que a imprensa assume uma interpretação de que toda ação do MST é uma “baderna”, como localizamos, em maio de 2000, outra matéria, intitulada “A TÁTICA DA BADERNA”.

Cada vez mais fica explícito que as relações sociais de produção sustentadas na desigualdade social alimentam esse modo de significar o MST. A imprensa narra os fatos como se eles falassem por si mesmos. A “estupidez” e “fúria” são “flagradas” pela imprensa. Assim, desconsidera-se a má distribuição de renda, de terras e de direitos sociais, sobrepondo à desigualdade social sentidos que resultam da observação imediata do que ocorre no campo,

narrados como “fúria”, “violência”, “estupidez”, “ilegalidade”. O processo se inverte; no discurso, a violência no campo não resulta mais das desigualdades e da luta pela sobrevivência, mas sim como resultado de “interesses estapafúrdios”, como vimos acima.

É preciso enfatizar novamente que a imprensa não é autônoma e seu modo de produzir as notícias revela os interesses econômicos e políticos em jogo. Desse modo, a imprensa emite seus julgamentos de valor, que atuarão na institucionalização social dos sentidos sobre o MST. Os sentidos vão sendo textualizados com a imprensa tomando posição nos conflitos de classes e buscando salvaguardar a propriedade privada, tida como algo natural.

Podemos observar que o funcionamento do discurso da imprensa sobre o MST encaminha os sentidos para repudiar o Movimento. Inicialmente assinala que são “pobres”, “olhai os pobres”, para ao longo dos anos reorganizar o seu modo de dizer e tratá-los como “fúria no campo”, apontando que os Trabalhadores Rurais Sem Terra “passaram do limite”, “marcham para trás”, um Movimento que “não tem causa” – “Movimento dos sem-causa”; então se pergunta “por que protestam” os sem-terra, para sustentar que o MST é “baderna”, um Movimento que prega a “revolução socialista”. Segundo PÊCHEUX (1997) é assim que o discurso, materialidade da ideologia, funciona:

é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o *que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’. É a ideologia que fornece as evidências (...) que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

Acrescentemos, então, que esses discursos estão funcionando afetados essencialmente pela questão da propriedade privada, no entanto isso é textualmente apagado através da sobreposição dos relatos de violência e das práticas do Movimento tidas como “ilegais”. Do modo como narra a trajetória do MST, a imprensa revela sua posição nos conflitos sociais produzindo, desse modo, um efeito ideológico de deslocamento no discurso, pois, os “pobres” (Trabalhadores Rurais Sem Terra) passam a ser designados como “invasores”, “criminosos” e “baderneiros”.

Compreendemos que a tensão no campo é preenchida de sentidos pelo silêncio da dominação/exploração praticada sobre os trabalhadores. Se, como diz ORLANDI (2002, p. 11), as palavras transpiram silêncio, para nós esse transpirar do silêncio vem constituído pelas contradições das relações sociais, especificamente pelo suor dos trabalhadores do campo, explorados, subjugados, oprimidos, sacrificados, mas interpretados pela classe dominante como “criminosos”. A exploração do trabalho no campo é silenciada, permitindo que a *Veja* se pergunte, em abril de 2000: “por que protestam os manifestantes do MST”, para retoricamente lembrar que o MST “recebeu” uma “área equivalente ao território de quatro países europeus”. Tal raciocínio leva a tornar ilegítimo o Movimento. Assim, a imprensa silencia a exploração do campo, silencia o que não pode ser questionado.

Nesse espaço de dizer que expressa a formação ideológica da classe dominante (“proprietária” da terra), diz-se sobre a violência acentuando o nível imediato do conflito como se mostra na sua forma fenomênica, para não dizer sobre a desigualdade estrutural, fundada pela propriedade privada. Esse gesto de interpretação faz com que os leitores da revista não se identifiquem com o MST. Instala-se um processo de sentidos narrado através do percurso do MST em suas ações tidas como “badernas”, apagando que os conflitos

resultam das relações de exploração da sociedade capitalista. O MST é descrito como “baderneiros”, pois a imprensa afirma que eles querem o “socialismo”, e assim se retomam pela memória sentidos de algo assustador/pavoroso, atribuídos ao socialismo, ao mesmo tempo que se naturaliza a sociedade capitalista. Como vimos na reportagem da *Veja* de 5 de maio de 1999:

“O elemento que impulsiona a liderança do MST é a idéia da transformação geral da sociedade, de alto a baixo, segundo o modelo socialista. Depois do fracasso do socialismo real, que hoje só se mantém como fachada nos regimes patéticos da Coréia do Norte e de Cuba, os caciques do MST continuam carregando o andor da revolução como se tivessem passado as últimas décadas em coma na UTI de um hospital”.

A imprensa vai construindo a representação do Movimento como “anacrônico”, fazendo mobilizar a memória social do socialismo (tido como “fracassado”, “patético”), instalando o imaginário sobre o Movimento. Ao agregar sentidos que se querem estáveis, que podem e devem ser ditos no espaço institucional da imprensa, a *Veja* discursiviza sobre as práticas históricas, construindo o MST como outro, inconveniente (“furioso”, “ilegal”, “baderneiro”), pois “essa brava gente” “incomoda” a “ordem” social vigente. Esses sentidos produzidos pelo discurso jornalístico têm sido recorrentes, mantendo e reproduzindo sentidos sobre o MST que ilegitimam/hostilizam a luta pela reforma agrária, em especial porque o Movimento lança questionamentos sobre a “ordem” social capitalista.

Considerações finais

Como vimos, o processo de construção de sentidos sobre o MST discursivizados pela imprensa dominante vai agregando palavras, como “invadir/quebrar/arrasar”, que descrevem o Movimento como violento e não como aquele que sofre violência. Há uma indistinção entre essa violência imediata (banalizada) e a violência fundada pela estrutura da sociedade capitalista que divide os sujeitos entre proprietários e não-proprietários. O texto jornalístico apenas trata do que pode perceber da posição na qual se encontra. Desse modo, ao focalizar apenas o fenomênico (imediato), a imprensa vai delineando sentidos para o MST que o caracterizam como Movimento agressor que age apenas para “perturbar” a “ordem” social estabelecida, que, no olhar da imprensa comprometida com o poder, deve ser preservada.

É com essa reprodução da informação que a imprensa vai formando a opinião do leitor contra as reivindicação dos trabalhadores do campo, construindo discursivamente sentidos que tornam o MST um Movimento cujo objetivo é “simplesmente” fomentar a “desordem”.

Pelo que vimos, há mecanismos ideológicos guiados pelas relações sociais dominantes que delimitam sentidos de ordem e de desordem, de oprimidos e de opressores. Destacamos, por fim, que esses sujeitos históricos que compõem o MST não aceitam a desigualdade social, tida pela ideologia dominante como algo natural, e resistem à “ordem” social estabelecida que divide os sujeitos entre proprietários e não-proprietários. Por isso, há uma condenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por descumprimento da “legalidade” e um apagamento da estrutura agrária brasileira, como responsável pelos conflitos. O Movimento é julgado como “impróprio”, “violento” e “anacrônico”, pois luta por uma sociedade igualitária, que acabaria por deslocar a posição dos “donos” das terras no Brasil

ABSTRACT: This article analyzes, from a Discourse Analysis (DA) theoretical and methodological perspective, the ideological effects of displacement of meanings produced in media texts (Folha de São Paulo newspaper and Veja magazine between 1994 and 2003) about the Movimento dos Sem Terra (MST) actions. Despite using different discursive ways, the texts revealed the same dubious initial discourse and ended by denigrating the MST. We understand that in this saying space, a way of narrating violence in the rural community was established, in which happenings are emphasized as actions by scoundrels and the conflict reasons - the market society and the latifundio agrarian structure - are silenced.

Keywords: Discourse, Ideological effects, Media, MST

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

INDURSKY, F. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In *Revista da ANPOLL*, nº 1, São Paulo: Humanitas, 1995.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo e outros estudos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUKÁCS, G. *O Trabalho*. Trad. Ivo Tonet. Maceió: 1997 (mimeo).

MAGALHÃES, B. A ressignificação do discurso sobre a luta pela terra: da literatura de 30 à imprensa de 90. In: *Gragoatá*. Revista do Instituto de Letras. Niterói: EDUFF, 1996.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, Ed. da Unicamp, 1998.

MARIANI, B. Discurso e Instituição: a imprensa. In: *Rua*, Campinas, nº 5, 1999.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret. São Paulo. 2004.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. Glosas Críticas ao artigo” In: *Revista Praxis*, nº 05, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, E. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

STEINBERGER, M. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2005.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. In *Ensaio*, São Paulo, n°17/18, 1989.

VOESE, I. *O MST na Imprensa: um exercício de Análise do Discurso*. Ijuí: Unijuí, 1998.

RECEBIDO EM 03/04/10 – APROVADO EM 30/06/10